

JOSÉ SOARES NEVES*
MARIA JOÃO LIMA*
JORGE SANTOS*
SOFIA COSTA MACEDO*
ARTUR MARTINS©
SÉRGIO PRATAS©
JÉSSICA PEREIRA©
NUNO NUNES©

* INVESTIGADORES DO OPAC – OBSERVATÓRIO
PORTUGUÊS DAS ATIVIDADES CULTURAIS
© INVESTIGADORES DO OBAP – OBSERVATÓRIO
DO ASSOCIATIVISMO POPULAR

DEMOCRACIA CULTURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS: O PAPEL DO ASSOCIATIVISMO POPULAR

Sumário:

- 1 - INTRODUÇÃO**
- 2 - DEMOCRACIA CULTURAL NO CONTEXTO ASSOCIATIVO PORTUGUÊS**
- 3 - METODOLOGIA**
- 4 - PRÁTICAS CULTURAIS NO ASSOCIATIVISMO POPULAR**
- 5 - ALICERCES PARA UMA POLÍTICA ASSOCIATIVA CULTURAL**
- 6 - CONCLUSÃO**
- BIBLIOGRAFIA**

1 - INTRODUÇÃO

A temática da democracia cultural e a relevância do associativismo popular e das políticas públicas que a poderão consolidar, constituem desafios centrais para o aprofundamento da sociedade e democracia portuguesas. Este é um artigo introdutório que visa abrir horizontes de investigação sobre as relações entre o que está consagrado na Constituição da República Portuguesa em relação à cultura enquanto bem público, de e para todos, com os meios para a sua efetiva concretização, nomeadamente através das associações populares e de adequadas políticas públicas. Naturalmente, que os objetivos de produção cultural não se esgotam neste triângulo relacional democracia cultural-associativismo popular-políticas públicas, mas certamente que ele é incontornável para um desenvolvimento cultural mais diverso, justo, inclusivo e integral.

O artigo começa por discutir as diversas opções de geometria variável que as sociedades poderão tomar entre a democratização cultural e/ou a democracia cultural, discussão que marca as principais opções culturais contemporâneas, bem como o papel que o contexto associativo português assume atualmente. Para esta discussão, o Inquérito Nacional às Associações de Cultura, Recreio e Desporto, principal instrumento metodológico deste artigo, constituiu a base para uma mais apurada compreensão das práticas culturais no associativismo popular português, e para alguma reflexão sobre problemas e obstáculos que se colocam a uma política associativa cultural para o nosso país.

2 - DEMOCRACIA CULTURAL NO CONTEXTO ASSOCIATIVO PORTUGUÊS

A realização do Inquérito às Associações de Cultura, Recreio e Desporto, em 2022, veio disponibilizar novos e relevantes dados atuais sobre as associações em geral e as de cultura e recreio em particular, que são o objeto deste artigo. O inquérito permite olhar as políticas públicas na área da cultura relativamente ao associativismo à luz daqueles que têm sido considerados como dois importantes paradigmas das políticas culturais no plano internacional, democratização da cultura e democracia cultural. De modo a enquadrar os resultados do inquérito adiante apresentados e analisados no artigo importa abordar as origens, principais orientações implicadas nos referidos paradigmas, seu eco em Portugal,

no articulado da Constituição da República Portuguesa e nas orientações e medidas políticas seguidas. Embora as políticas públicas culturais tendam a ser olhadas predominantemente do ponto de vista da administração central – para simplificar, do Ministério da Cultura – neste enquadramento importa olhar para as atribuições dos dois níveis administrativos atuais do país: o nível central (Ministério da Cultura, como referido) no continente, ou regional, nos Governos Regionais dos Açores e da Madeira, e o local. Embora se reconheça que há organismos de outras áreas governativas com impacto significativo no associativismo cultural – é o caso do IPDJ - Instituto Português do Desporto e Juventude e da Fundação INATEL – iremos situar-nos apenas nos que têm responsabilidades diretas na área da cultura.

São vários os paradigmas, ou grandes linhas orientadoras, que enformam as políticas culturais ao longo do tempo (Costa, 1997; Dupin-Meynard & Négrier, 2020). Os mais duradouros e influentes serão democratização da cultura e democracia cultural (Matarasso & Landry, 1999; Mulcahy, 2006; Romainville, 2014; Matarasso, 2019; Lopes, 2007; Neves, 2021).

A perspetiva da democratização cultural tem origem em França, na década de 1960, com a criação do Ministério dos Assuntos Culturais em 1959 cujo objetivo central ficou conhecido com «tornar acessível ao maior número possível de pessoas as obras capitais da humanidade e desde logo as da França», e que assenta na “educação do povo”, na redução das desigualdades geográficas (descentralização) e sociais (classes populares) no acesso à cultura (Donnat, 1994: 366-368).

A noção de democracia cultural aponta os limites da democratização da cultura e enfatiza outras dimensões da participação, valorizando as diferenças das práticas, mais do que as desigualdades de acesso à cultura cultivada (Coulangeon, 2005: 9-11). Com origem na década de 1970, na sequência do maio de 1968 “este conceito já não visa apenas partilhar entre os diferentes grupos da população os enriquecimentos oferecidos pela cultura de uma elite alegadamente cultivada, mas favorecer a participação de todos, como atores e participantes críticos no desenvolvimento de uma cultura (Grefe & Pflieger, 2009: 130). Promove “a ideia de que cada pessoa, cada comunidade e cada minoria cultural tem requisitos culturais e deve ter certos direitos que devem ser respeitados. Inclui a promoção da diversidade cultural e a participação ativa na vida cultural, juntamente com a facilitação do acesso aos processos de tomada de decisão, e a garantia da igualdade de acesso aos recursos e serviços culturais” (Laaksonen, 2010).

São conceitos frequentemente tomados como sinónimos, mas com perspectivas diferentes, até mesmo opostas (Lopes, 2007: 79). Geraram na sociedade francesa “um debate muito violento (...) entre pessoas que, por um lado, defendiam a criação, e outras que, por outro lado, defendiam a valorização da cultura popular, sociocultural, e todas as ações conduzidas em termos de estímulo da educação popular. Assim, existiam em torno da democratização duas concepções que se confrontavam: uma mais centrada na cultura erudita e na cultura legítima (criação), e a outra, na valorização da cultura popular e nas formas diferentes de cultura” (Donnat, 2007: 9).

Pelo contrário, em Portugal o debate no campo cultural e a elaboração académica em torno destes dois conceitos é tardio, o principal exemplo sendo o de João Teixeira Lopes, designadamente com o livro *Da democratização à democracia cultural* (2007). À referida ausência de debate não será alheio que a orientação institucional do Governo português seja a democratização do acesso à cultura. A expressão “democracia cultural” está “explicitamente” (Ahearne, 2009) ausente dos textos programáticos e da produção legislativa dos sucessivos governos (Garcia, 2014: 20), ainda que se identifiquem referências “implícitas”, nos programas dos primeiros seis Governos Constitucionais, como refere João Teixeira Lopes, expressões mais próximas do “paradigma da ‘democracia cultural’ (animação cultural, associativismo, cultura popular...)” (2007: 92).

A opção pela democratização da cultura ao nível central tem sustentação no texto constitucional português, em que é explicitamente mencionada. A Constituição de 1976 refere que:

3. O Estado promove a democratização da cultura, incentivando e assegurando o acesso de todos os cidadãos à fruição e criação cultural, em colaboração com os órgãos de comunicação social, as associações e fundações de fins culturais, as colectividades de cultura e recreio, as associações de defesa do património cultural, as organizações de moradores e outros agentes culturais. (CRP, Capítulo III, Direitos e deveres culturais, Artigo 73.º, Educação, cultura e ciência, alínea 3).¹

¹ CRP, Revisão de 2005, disponível em: <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>.

É explícita a democratização da cultura, mas encontram-se também neste artigo da CRP referências que, embora implicitamente, remetem para as expressões próximas do paradigma da democracia cultural, em especial as associações de fins culturais, as coletividades de cultura e recreio e as associações de defesa do património cultural, de que se ocupa este artigo. Note-se, entretanto, que a CRP refere também o objetivo da “realização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa”, mas no âmbito do articulado dedicado ao Estado de direito democrático². Embora pouco assumida no país, a proximidade com o paradigma da democracia cultural na CRP é, de acordo com um estudo comparativo europeu, uma exceção nesse quadro uma vez que muito raramente é mencionado nas respetivas constituições, para além de que a CRP “também inclui um vasto espectro de diferentes direitos relacionados com a cultura, que é excecional no contexto europeu, e global” (Laaksonen, 2010: 41).

Assim, o associativismo é uma importante dimensão da democracia numa perspetiva lata (Pratas, 2022) e da democracia cultural em particular.

Quanto ao Ministério da Cultura assumiu recentemente de modo explícito em medidas políticas a democracia cultural, em paralelo com a democratização da cultura, no Plano Nacional das Artes (PNA) (ver o Plano Estratégico, Vale et al., 2019) e, de forma já mais assumida como a principal orientação, na *Carta do Porto Santo - Da democratização à democracia cultural*, um “documento de orientação para as grandes decisões dos Estados Europeus nas áreas da Cultura e Educação”, apresentado pelo PNA a convite do Ministério da Cultura (ministra Graça Fonseca, XXII Governo Constitucional) e adotado por ocasião da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia de 2021³. Outro exemplo recente é o Programa “Saber Fazer”, dirigido às artes tradicionais aprovado em 2020 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 89/2020, de 23 de outubro).

De facto, como reconhecem vários autores, ainda que distintas, estas orientações não são mutuamente exclusivas e variam com o tempo e os contextos nacionais, sendo importante a chamada de atenção para a sua (re)configuração na prática (Costa, 1997; Lopes, 2007). Como se verá adiante neste artigo, entre as inúmeras modalidades que o associativismo popular, de cariz cultural e recreativo, acolhe e pratica, em muitos casos há dezenas, e mesmo centenas de anos,

² Idem, CRP, Revisão de 2005, artigo 2.º.

³ Carta de Porto Santo disponível em <https://www.e-cultura.pt/artigo/28164>.

encontram-se tanto expressões próximas da chamada cultura cultivada e, portanto, da democratização da cultura - como a literatura, o teatro, a dança - como da chamada cultura popular e, portanto, do paradigma da democracia cultural (ou direitos culturais, como é também designado), como as bandas filarmónicas ou o folclore.

Do ponto de vista das políticas culturais isto significa também que os dois paradigmas estão ambos presentes no ordenamento administrativo, a democratização da cultura ao nível do Governo (lembremo-nos das instituições culturais por si tuteladas), a democracia cultural ao nível da administração local (ilustrativamente que promove e viabiliza inúmeros eventos locais, comunitários). Assim, se o apoio ao associativismo é uma reconhecida atribuição constitucional do Estado português, quando entendido o associativismo cultural (entre outros, como o desportivo e o jovem) na sua vertente amadora, voluntária, as políticas são essencialmente locais, das autarquias (Neves et al., 2022) e em especial dos municípios que o incluem como uma das competências nos seus regulamentos, numa lógica de proximidade.

Uma última nota. O Governo tem atribuições limitadas, mas tem de se dar apoio ao associativismo cultural, às bandas de música e filarmónicas” (Lei n.º 123/99, de 20 de agosto, regulada pelo Decreto-Lei n.º 128/2001, de 17 de abril) que são concretizadas – como é sabido - no âmbito das direções regionais de cultura e que consistem na reposição do IVA pago com despesas com aquisição de diversos bens específicos da sua atividade (instrumentos musicais, fardamentos, trajes, entre outros). Embora a ação destas direções regionais não se limite necessariamente ao cumprimento desta legislação é, em qualquer caso, de muito menor alcance do que o das autarquias locais.

3 - METODOLOGIA

O Inquérito Nacional às Associações de Cultura, Recreio e Desporto está integrado no projeto de investigação intitulado “O Papel do Associativismo Popular no Envelhecimento Ativo Em Portugal” e teve por objetivo mapear e caracterizar o associativismo popular português, a partir de um conjunto diverso de perguntas sobre as associações, as suas atividades, os sócios, dirigentes e seus projetos, permitindo a atualização e o aprofundamento do conhecimento sobre o tecido associativo popular em Portugal. Para esse fim, desenvolveu-se um

trabalho colaborativo entre a Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, seus funcionários e dirigentes, o OBAP – Observatório do Associativismo Popular, o OPAC – Observatório Português das Atividades Culturais⁴, e o CIES – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.

Seguiu-se uma estratégia metodológica quantitativa-extensiva, dado pretender-se estudar uma população de ampla dimensão (Creswell & Creswell, 2018). Nesse sentido e primeiramente, importou conhecer o número concreto de associações, coletividades e clubes sediadas em Portugal. Através de dados da Conta Satélite para a Economia Social (2016), produzido pela CASES em colaboração com o INE – Instituto Nacional de Estatística, foi possível alcançar o universo de Associações Com Fins Altruísticos (ACFA) (N=66.761), onde se incluem as associações pretendidas (N=33.276 ou 46,9%) (INE, 2019).

Seguidamente, iniciou-se o processo de mapeamento do universo das associações, a partir da construção de uma listagem exaustiva do conjunto a analisar, por distritos e concelhos, seguindo a distribuição numérica disponibilizada. Estabeleceu-se também o número mínimo de associações a inquirir, por NUT II, distrito e concelho, concretizado em 1034⁵. Essa opção permitiu garantir a representatividade estatística do estudo, possibilitando que, se respeitadas certas condições, as inferências sobre a amostra inquirida pudessem ser generalizadas ao universo, dentro da margem de erro escolhida (3,0%, com um nível de confiança a 95,0%).

O processo desenvolveu-se essencialmente via Internet, a partir da procura de informações e contactos disponibilizados pela CPCCRD, Governos das Regiões Autónomas, Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia sobre o tecido associativo local, mas também através de entidades centrais/nacionais, como o Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ) e de Federações desportivas, culturais, entre outras. Recorreu-se também às páginas e redes sociais das associações. Adicionalmente, procurou-se estudos prévios que disponibilizassem listas de

⁴ O OPAC é uma estrutura constituída em dezembro de 2018 no Iscte - Instituto Universitário de Lisboa no quadro do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte) que é a instituição responsável pelo seu funcionamento e coordenação científica (<https://www.opac.cies.iscte-iul.pt/>).

⁵ O cálculo da dimensão da amostra foi executado a partir da página <https://www.surveysystem.com/sscalc.htm#one> e teve por base os seguintes elementos: Nível de Confiança a 95,0%; Erro Máximo Admissível a 3,0%; Universo de 33.267 associações.

associações culturais, recreativas e desportivas. O resultado foi a construção de um conjunto de bases de dados que refletem a distribuição das associações, coletividades e clubes no continente português, pelos dezoito distritos e duas regiões autónomas.

O esforço desenvolvido é de extrema relevância, resultou numa demora acrescida para o avanço do inquérito nacional, dada a dificuldade em elencar o maior número possível de associações. Esse processo demorou cerca de oito meses, entre janeiro e agosto de 2021, ainda que o inquérito tenha começado a ser distribuído em abril, a partir das listagens mais avançadas.

A etapa da construção do guião e do inquérito por questionário teve também por base um esforço coletivo, resultando num instrumento de inquirição exaustivo, que permite a caracterização extensiva e fiel do associativismo popular em Portugal. Composto por mais de 140 perguntas, distribuídas por 13 secções, o inquérito às associações de cultura, recreio e desporto, inclui questões desde a caracterização da associação (ano de fundação, distrito e concelho de sede, tipo de associação, etc.), dos seus associados, passando pela caracterização do Presidente de Direção, bem como pelas relações institucionais e apoios e, naturalmente, perguntas diretamente relacionadas com a promoção de envelhecimento ativo e saudável.

Terminada a sua construção, o processo de recolha de dados (aplicação do inquérito por questionário) ocorreu entre abril e novembro de 2022, a partir do software *Qualtrics* e de uma ligação direcionada enviada por correio eletrónico a todas as associações, coletividades e clubes listadas. Foram enviadas, neste contexto, mais de 15 mil mensagens de correio eletrónico, sendo que cada uma era dirigida a diversas associações, a partir dos seus e-mails. Tendo em consideração o universo heterogéneo de associações e, especificamente, de dirigentes associativos, em termos de escolaridade, idade, literacia digital e de acesso às tecnologias, disponibilizou-se também a possibilidade de este ser preenchido por via telefónica, de forma presencial e/ou enviado em papel por correio às associações. A via postal foi requerida por uma associação, que não se enquadrava no âmbito do inquérito e, por isso, não integrou o estudo; enquanto a via telefónica foi usada por três associações.

O resultado foi a inquirição de 1132 associações⁶, distribuídas pelas sete regiões da NUTS II, os distritos, regiões autónomas e concelhos. Neste âmbito, foi possível ultrapassar o número mínimo de inquéritos preenchidos em todas as

⁶ O número efetivo de respostas obtidas foi de 1168, todavia, a diferença deve-se a questionários preenchidos repetidamente ou submetidos totalmente em branco, o que urgiu corrigir.

regiões, à exceção do Algarve⁷. Porém, por não se constituir um desfasamento significativo, verifica-se a representatividade estatística requerida. Para o presente artigo e com base na problemática em reflexão, interessou afunilar a análise para as associações com natureza cultural e/ou recreativa, mas também aquelas de natureza diversa que promovem e integram a título principal atividades de cultura e/ou recreio. Neste sentido, a amostra considerada contabiliza 945 associações, distribuídas pelo território nacional (quadro 1).

QUADRO 1 Distribuição das respostas ao inquérito nacional, por NUTS II (N=945)

NUTS II	RESPOSTAS OBTIDAS	
	FREQUÊNCIA	%
Norte	279	29,5
Centro	279	29,5
Área Metropolitana de Lisboa (AML)	198	21,0
Alentejo	113	12,0
Algarve	39	4,1
Região Autónoma dos Açores (RAA)	22	2,3
Região Autónoma da Madeira (RAM)	15	1,6
TOTAL	945	100,0%

Fonte: Inquérito às Associações de Cultura, Recreio e Desporto, 2022

4 - Práticas culturais no associativismo popular

No que diz respeito ao mapeamento das associações inquiridas, encontram-se associações com atividades de cultura, recreio e de lazer em todas as regiões de Portugal. A maior percentagem situa-se nas regiões Norte e Centro, que em conjunto representam perto de 60,0% do total. As que apresentam menor peso localizam-se nas regiões insulares dos Açores e da Madeira (menos de 2,0%).

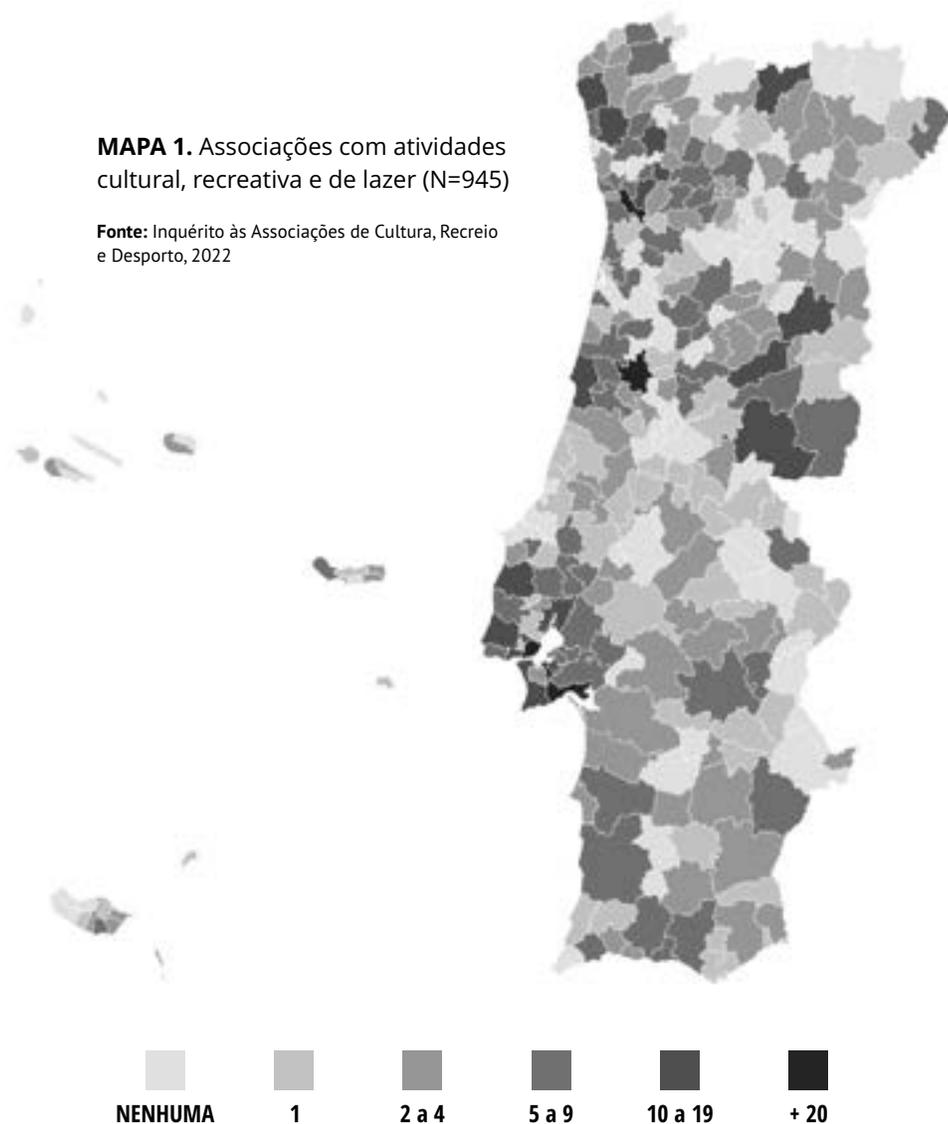
Na distribuição das associações pelo território nacional, o mapa 1 permite dar conta que três quartos dos municípios são sede de pelo menos uma associação (233, ou seja, 75,6% do total dos 308 municípios), o que mostra uma implementa-

⁷ Essa situação só foi percebida após o fecho do questionário, uma vez que a região contabilizava mais inquéritos preenchidos, mas que constituíam respostas repetidas por parte de três associações algarvias.

ção relativamente equilibrada por todo o território, incluindo as duas regiões autónomas. Daquele conjunto de municípios, 68 possui uma associação sendo a sua localização mais predominante nos municípios da região Centro. Por outro lado, a concentração de associações é mais evidente nos municípios do litoral, mas com algumas exceções: 15 dispõem entre 10 e 19 associações (sendo que quatro se localizam no interior Centro e Norte) e, mais notório, nos cinco que apresentam mais de 20 associações (Gondomar, Coimbra, Barreiro, Lisboa e Setúbal).

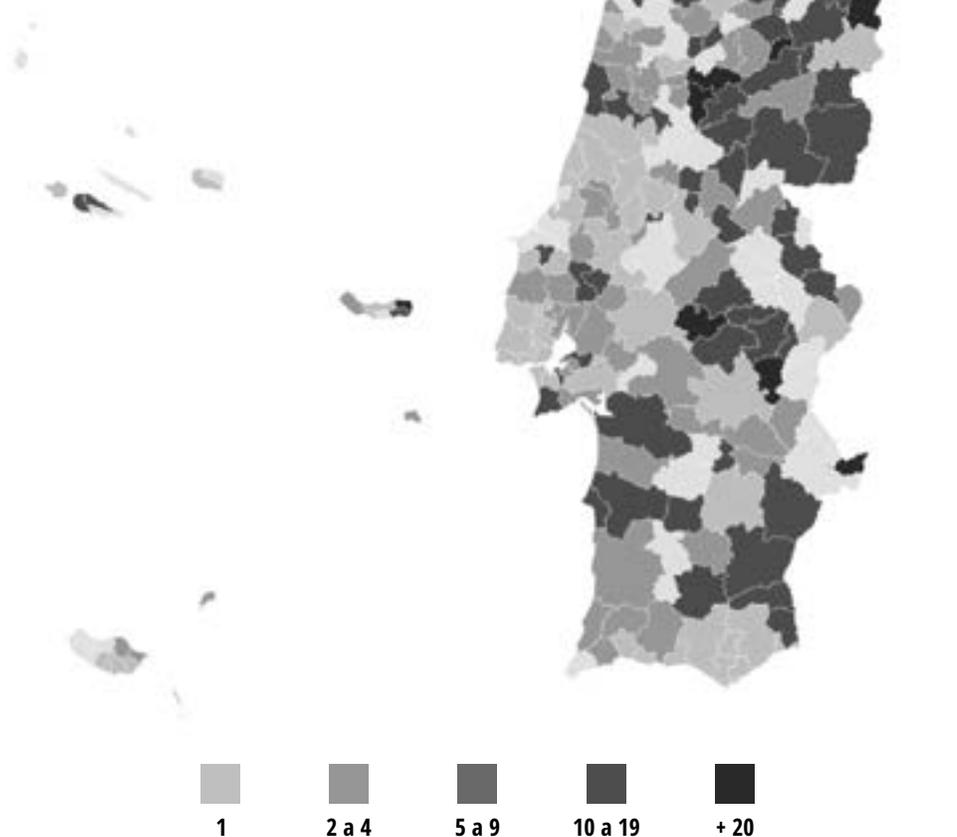
MAPA 1. Associações com atividades cultural, recreativa e de lazer (N=945)

Fonte: Inquérito às Associações de Cultura, Recreio e Desporto, 2022



MAPA 2. Associações com atividades cultural, recreativa e de lazer por 10.000 habitantes (N=945)

Fonte: Inquérito às Associações de Cultura, Recreio e Desporto, 2022; INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021



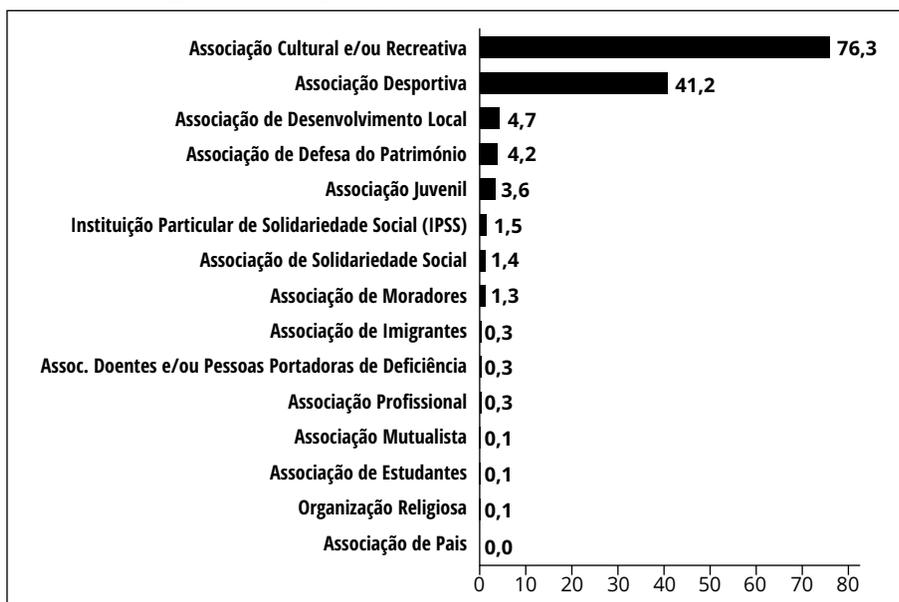
A ponderação do número de associações pela população mostra que perto de dois terços dos municípios apresenta um nível relativamente baixo de associações por 10 mil habitantes (151 municípios situam-se nos dois escalões mais baixos). Por outro lado, tendo em conta os escalões mais elevados, constata-se que entre 3,01 a 4,99 se situam 35 municípios e entre 5,00 a 13,91, 11

municípios, sendo que se destacam alguns municípios, em especial no interior Norte, Centro e Alentejo, mas também dos casos que se registam na Região Autónoma dos Açores (quatro municípios) (mapa 2).

Em termos de tipologias associativas, verifica-se uma grande diversidade que varia entre as Associações Culturais e/ou Recreativas e as Organizações Religiosas. As tipologias com maior expressão são culturais e/ou recreativas (que representam 76,3% do universo), e as Desportivas (41,2%), embora seja de ter em conta que as tipologias não são exclusivas, ou seja, as associações podem corresponder a várias tipologias em simultâneo. O movimento associativo popular apresenta-se com uma grande diversidade tipológica, não exclusiva, com objetos de ação muito alargados, e pouca especialização temática.

No âmbito desta especialização do objeto, observa-se ainda a relativa expressão das Associações de Desenvolvimento Local (4,7%), que entraram recentemente no panorama das associações em Portugal e as Associações de Defesa do Património (4,2%) fenómeno com longa antiguidade em Portugal, com evidências ainda na I República e depois com grande expressividade no período após o 25 de Abril de 1974 (sobretudo nos primeiros anos da década de 1980).

Gráfico 1. Tipologias de Associações (%) (N=945)



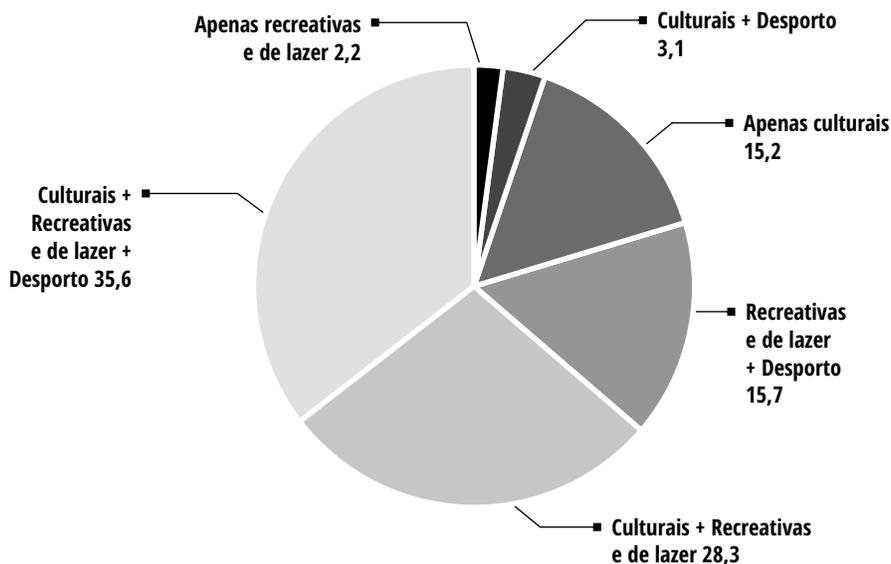
Fonte: Inquérito às Associações de Cultura, Recreio e Desporto, 2022

Esta diversidade manifesta-se também no tipo de atividades que as associações promovem, sendo a característica mais expressiva a realização de dois ou mais tipos de atividades distintas no âmbito da ação associativa. As atividades de natureza cultural aparecem conjugadas com atividades de recreação e lazer e também com desportivas, sendo menos frequente a existência de atividades de natureza apenas cultural, tendo apenas 15,2% das associações indicado esta opção.

No que refere a associações que apresentam um objeto de ação dentro do setor cultural, observa-se uma maior expressão da conjugação de atividades culturais, recreativas e de lazer e desportivas (35,6%), assim como das atividades culturais e de recreação e lazer. A conjugação das atividades de natureza cultural com atividades desportivas é menos frequente (3,1%) e as atividades de apenas recreação e lazer são as que têm uma menor expressão (2,2%).

Uma grande panóplia de atividades caracteriza o panorama associativo popular em Portugal, afastando-se de uma especialização em torno de algumas áreas de atuação exclusivas, sendo que esta diversidade de atividades permite uma atividade anual regular nas associações.

Gráfico 2. Atividade promovidas pelas associações (%) (N=945)



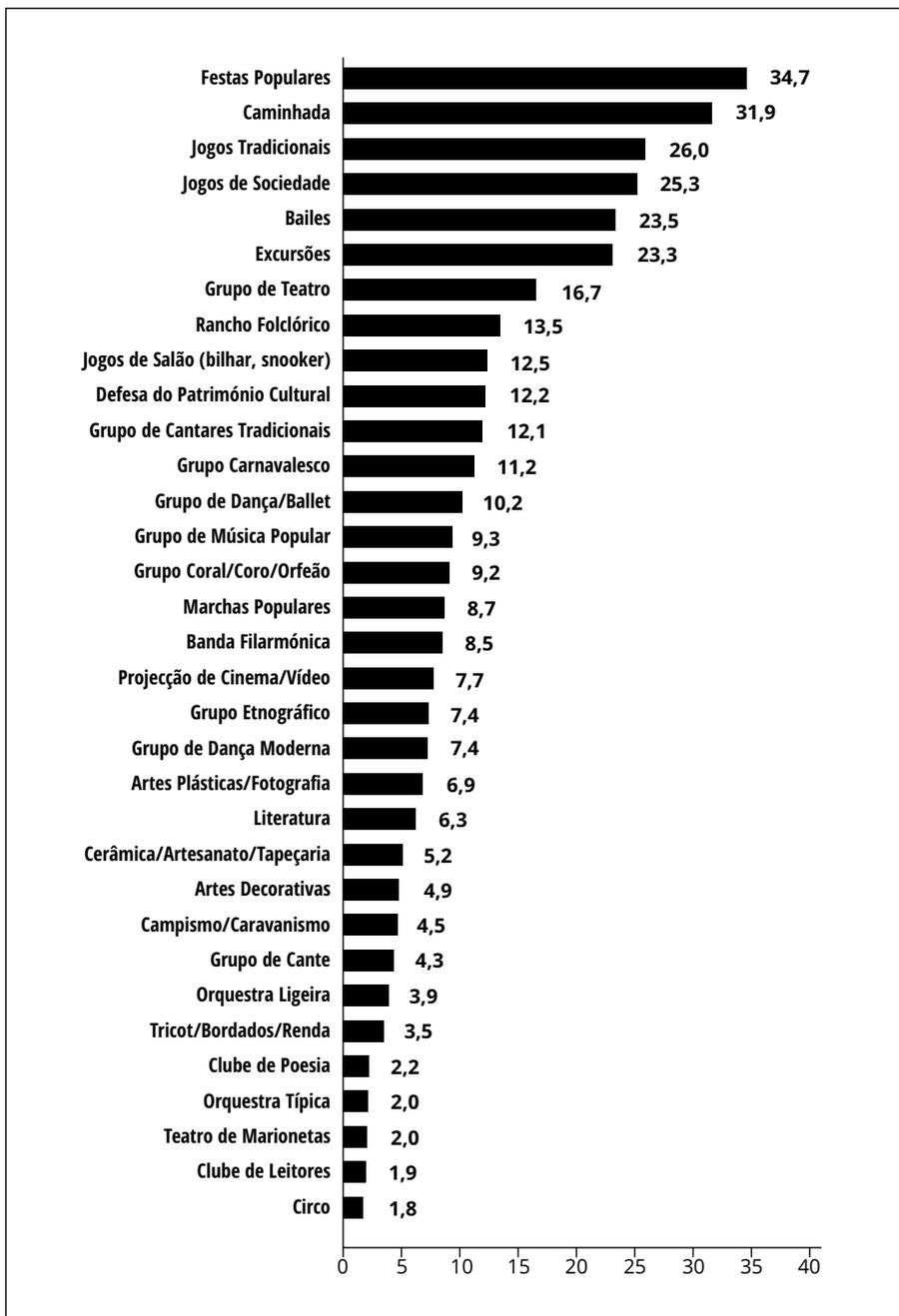
Fonte: Inquérito às Associações de Cultura, Recreio e Desporto, 2022

No que diz respeito em concreto às atividades promovidas pelas associações refira-se, no geral, que as recreativas e de lazer apresentam uma percentagem mais elevada do que as culturais. Observando cada um dos tipos de atividade, do lado das recreativas e de lazer, sobressaem para mais de três em cada dez associações as atividades festas populares e caminhada (com 34,7% e 31,9%, respetivamente). Num segundo grupo destacam-se, por sua vez, a promoção de jogos tradicionais (26,0%) e de sociedade (25,3%), bem como os bailes (23,5%) e as excursões (23,3%). Do lado das culturais, o predomínio na existência de grupo de teatro (16,7%), a que se seguem o rancho folclórico (13,5%), grupo de cantares tradicionais (12,1%) e grupo de dança/ballet (10,2%). Por outro lado, do conjunto de atividades apresentadas, as que possuem uma menor expressão, com uma percentagem abaixo de 3,0%, são clube de poesia, orquestra típica, teatro de marionetas, clube de leitores e circo

Relativamente à frequência de realização das atividades salienta-se um contraste entre as culturais e as recreativas e de lazer. No caso das culturais, a maioria das atividades possui uma frequência regular (constitui o principal modo para mais 70,0% das associações com grupo coral/coro/orfeão, grupo de dança/ballet, rancho folclórico, banda filarmónica e grupo de dança moderna), ao passo que essa frequência é mais pontual para atividades como projeção de cinema/vídeo, artes decorativas ou artes plásticas/fotografia (também acima dos 70,0%). No caso das recreativas e de lazer, verifica-se precisamente o inverso, sendo que a quase totalidade das atividades se realizam de forma pontual, sobressaindo aqui, para mais de dois terços das associações, os jogos tradicionais e as excursões. As exceções são as atividades jogos de salão e de sociedade que apresentam para mais de metade das associações uma frequência regular.

Quanto à entidade que promove a atividade, seja cultural e/ou recreativa e de lazer, estas são desenvolvidas quase que em exclusivo pela associação, variando, do lado das culturais, entre o máximo de 89,1% da banda filarmónica e o mínimo de 66,7% do teatro de marionetas. A exceção é a do circo que é referida como sendo promovida principalmente por entidades externas (55,6%). No lado das recreativas e de lazer, prevalece a promoção interna em todas as atividades, variando entre o máximo de 97,4% dos jogos de sociedade e o mínimo de 63,6% das marchas populares. Apesar disso, estas são as que apresentam percentagens mais relevantes de promoção por entidade exterior.

Gráfico 3. Atividades culturais, recreativas e de lazer promovidas (%) (N=945)

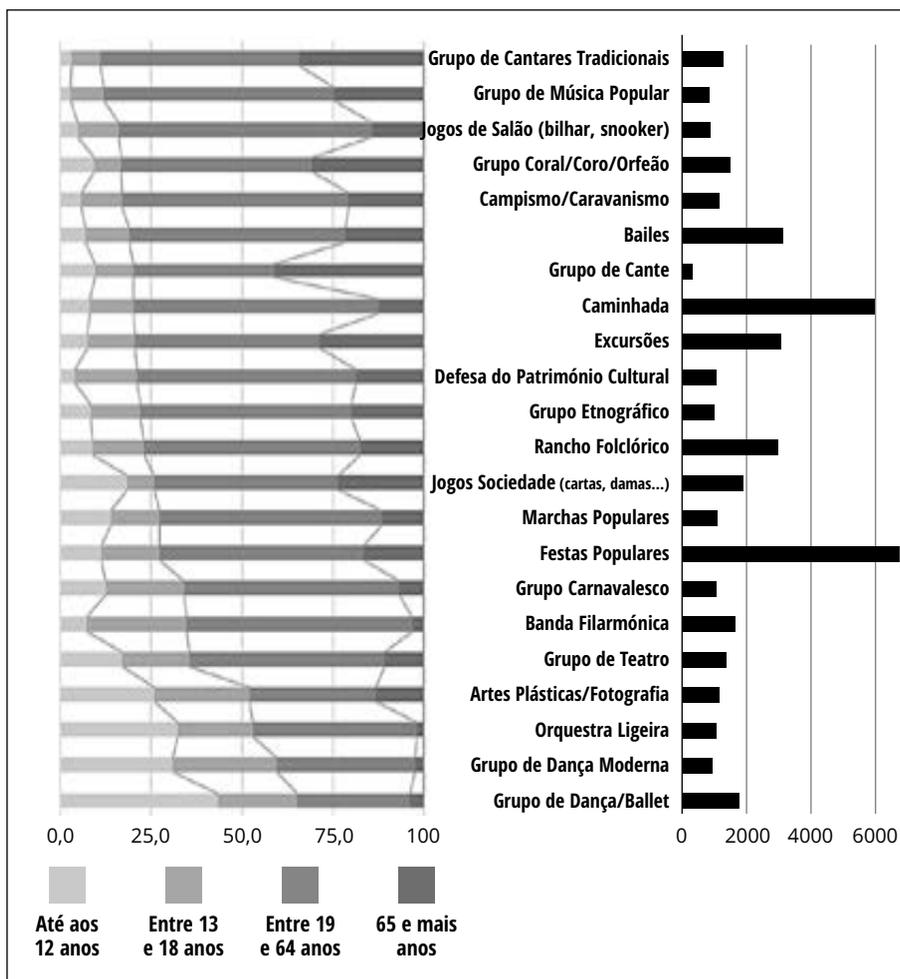


Fonte: Inquérito às Associações de Cultura, Recreio e Desporto, 2022

Nota: Pergunta de resposta múltipla

Uma outra vertente de análise é dada pelo total apurado de praticantes de cada uma das modalidades consideradas e as respetivas faixas etárias (gráfico 4). Assim, são as modalidades Festas populares e Caminhada que atingem um maior número de praticantes envolvidos (valores superiores a 6.000 praticantes). Num patamar inferior, mas ainda assim acima dos 2.000 praticantes, estão os Bailes, as Excursões e os Ranchos Folclóricos.

Gráfico 4. Praticantes por modalidade e por faixa etária (% e número) (N=945)



Fonte: Inquérito às Associações de Cultura, Recreio e Desporto, 2022
Nota: As percentagens referem-se à faixa etária dos praticantes por modalidade. Excluem-se as não respostas. Excluem-se ainda as modalidades com baixos contingentes de respostas (<11 associações) e de praticantes.

Quando considerados os escalões etários, constata-se que, para a maioria das modalidades, o principal contingente de participantes refere-se a adultos em idade ativa do ponto de vista profissional. Porém, algumas modalidades parecem destacar-se por atraírem assinaláveis contingentes de jovens: é o caso dos Grupos de dança – ballet e moderna – e das Orquestras Ligeiras, onde os jovens com idades iguais ou inferiores a 18 anos representam mais de metade dos praticantes. Outras, em sentido inverso, parecem captar um maior contingente de participantes seniores, com mais de 65 anos: é o caso de agrupamentos musicais específicos – Grupo de cante, Grupo de Cantares Tradicionais e Grupo Coral/Coro/Orfeão, onde mais de 30% dos seus praticantes tem mais de 65 anos.

Modalidades por ano de início da atividade

Outra perspetiva da vida associativa abordada no inquérito refere-se à perspetiva temporal da oferta de modalidades, tendo por base o ano de início, segmentando pelo ano mais recente e mais antigo, o que permite identificar a atualidade e também a espessura temporal das várias modalidades (quadro 2).

Tendo então em conta os anos limite das respostas para cada modalidade constata-se que quase todas registam inícios muito recentes, mantendo, portanto, o interesse por uma parte das associações. Repare-se que com apenas três exceções os inícios de atividade mais recentes se situam entre 2020 e 2022, sendo que a maioria se situa mesmo em 2022. As exceções são Artes decorativas (2019), Clube de leitores (2018) e Jogos de sociedade (2007), sendo que, esta sim, parece ter perdido relevância entre as atividades associativas, o que se compreende face ao rápido desenvolvimento dos jogos eletrónicos, *online*, em consolas, computadores e tablets, e sobretudo em smartphones, remetendo para práticas mais individualizadas e domésticas, mesmo quando em grupo, em “sociedade”, como são designadas as *offline*.

Numa outra perspetiva, é visível que muitas das atividades existem desde muito cedo no associativismo popular, coincidindo aliás, muito provavelmente, com a criação da própria associação. É o caso de Banda filarmónica (1792) e de várias outras modalidades cujo início de atividade mais antigo assinalado no inquérito remonta à segunda metade do século XIX (Orquestra ligeira, Grupo de teatro, Bailes, Caminhada e Jogos de sociedade). Quanto às restantes, com início no século XX, vale a pena destacar várias iniciadas em períodos históricos bem demarcados, por exemplo após a implantação da República em 1910, designadamente Festas populares (1921), outras que tiveram origem nos alvares do Estado

Novo de que são exemplos Rancho folclórico, Grupo etnográfico, Grupo de música popular, Grupo de defesa do património, Excursões, todas em meados da década de 1930. O período posterior à Revolução de 25 de abril de 1974 marca também o início de atividade de várias modalidades (para além de ter suscitado um crescimento fortíssimo, e continuado, de novas associações nos anos subsequentes), designadamente de Literatura logo em 1975, e de várias outras no início da

Quadro 2. Modalidades por ano de início da atividade (N=465)

MODALIDADES	MAIS ANTIGO	MAIS RECENTE	N.º CASOS
Banda Filarmónica	1792	2022	46
Grupo de Teatro	1842	2022	89
Jogos de Sociedade (cartas, damas, dominó, xadrez, etc.)	1842	2007	91
Orquestra Ligeira	1846	2020	21
Bailes	1895	2022	70
Jogos Tradicionais	1900	2022	98
Festas Populares	1921	2022	125
Jogos de Salão (bilhar, snooker)	1921	2022	48
Grupo de Cante	1926	2022	17
Grupo de Cantares Tradicionais	1926	2022	61
Grupo Coral / Coro / Orfeão	1932	2022	51
Rancho Folclórico	1934	2022	80
Grupo Etnográfico	1935	2022	38
Grupo de Música Popular	1935	2022	49
Defesa do Património Cultural	1935	2022	48
Excursões	1936	2022	77
Projeção de Cinema / Vídeo	1939	2022	32
Artes Decorativas	1947	2019	10
Campismo / Caravanismo	1947	2022	15
Artes Plásticas / Fotografia	1958	2022	33
Marchas Populares	1966	2022	33
Grupo Carnavalesco	1967	2022	33
Literatura	1975	2022	22
Teatro de Marionetas	1980	2022	9
Grupo de Dança / Ballet	1980	2022	56
Grupo de Dança Moderna	1980	2022	37
Clube de Leitores	1981	2018	5
Cerâmica / Artesanato / Tapeçaria	1981	2022	18
Tricot / Bordados / Renda	1981	2022	14
Clube de Poesia	1981	2022	9
Orquestra Típica	1982	2020	8
Caminhada	1984	2022	129
Circo	1990	2021	6

Fonte: Inquérito às Associações de Cultura, Recreio e Desporto, 2022
Base: 945

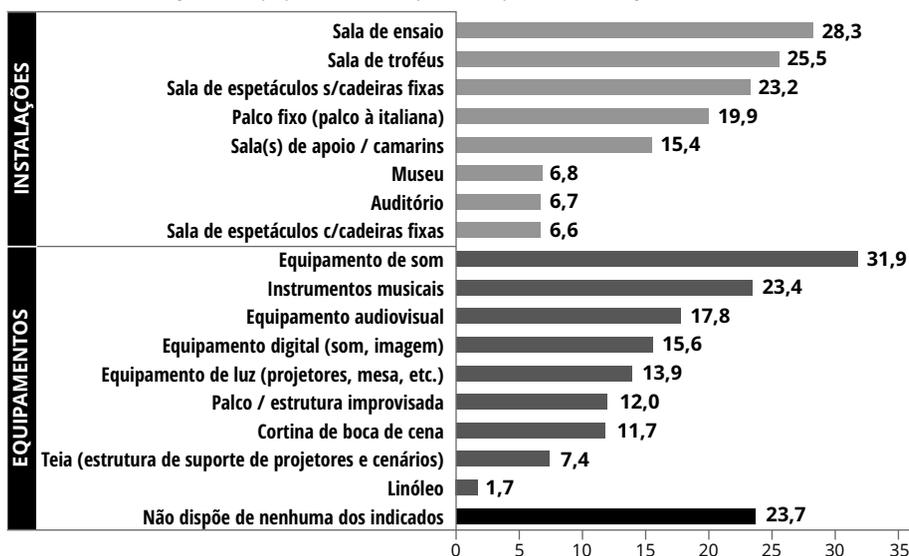
década de 1980, já na vigência da Constituição de 1976, umas eventualmente mais próximas de formas de cultura erudita (como a Literatura), Grupo de dança/Ballet e de Dança Moderna, Clube de poesia e Clube de leitores, outras mais recreativas e populares como Tricot/Bordados/Renda e Cerâmica /Artesanato/Tapeçaria.

Quanto às instalações e equipamentos que as associações dispõem para a realização de atividades culturais e recreativas, a primeira nota vai para o facto de quase um quarto das associações ter referido não dispor de nenhuma das opções apresentadas (gráfico 5).

Em relação às instalações existentes, a sala de ensaio é o espaço mais referido pelas associações (28,3%). Destaca-se igualmente, do lado da realização de espetáculos, a existência de sala sem cadeiras fixas, portanto uma sala com características polivalente e de palco fixo ("palco à italiana"), registando 23,2% e 19,9%, respetivamente, e do lado expositivo, uma maior presença de sala de troféus (25,5%) do que a existência de espaço museológico (6,8%). Saliente-se que apenas 6,6% das associações refere ter uma sala de espetáculos com cadeiras fixas.

No que toca aos equipamentos existentes, praticamente um terço dispõe de equipamento de som e um quarto de instrumentos musicais. Com equipamentos audiovisual e digital encontram-se 17,8% e 15,6%, respetivamente. Os equipamentos menos referidos, são o linóleo (1,7%) e a teia (7,4%).

Gráfico 5. Instalações e equipamentos disponíveis para a realização de atividades (%) (N=945)

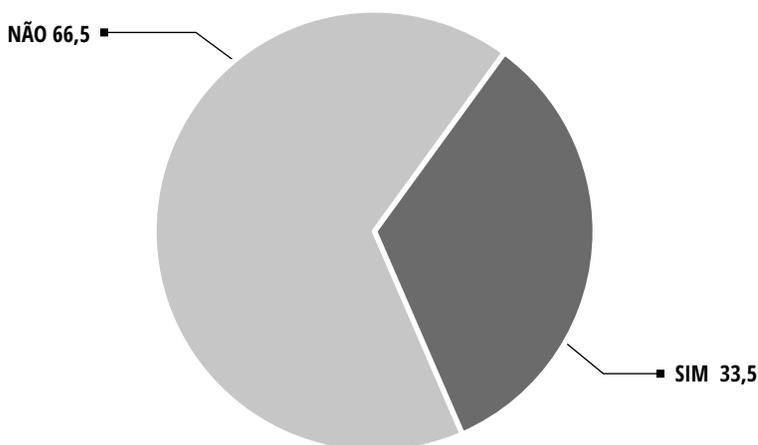


Fonte: Inquérito às Associações de Cultura, Recreio e Desporto, 2022

Nota: Pergunta de resposta múltipla

Os dados apurados permitem também evidenciar o papel relevante das associações na formação dos seus associados (gráfico 6). De facto, 33,5% das associações inquiridas refere desenvolver atividades de formação, sobretudo no âmbito do ensino não formal e que, no total, envolvem mais de 12.600 formandos.

Gráfico 6. Desenvolvimento de atividades de ensino não formal / formação (%) (N=945)



Fonte: Inquérito às Associações de Cultura, Recreio e Desporto, 2022

Nota: excluem-se as não respostas

Acrescente-se que esta formação incide sobretudo nas áreas do teatro, da música e da dança. De facto, concentram-se nestas três áreas aproximadamente dois terços dos formandos e das associações que desenvolvem atividades de ensino/formação. Porém, as associações desenvolvem formação num vasto leque de áreas, em domínios como o património cultural, o artesanato ou mesmo as artes plásticas.

5 - ALICERCES PARA UMA POLÍTICA ASSOCIATIVA CULTURAL

A Constituição da República Portuguesa (CRP) estabelece os alicerces para uma política associativa cultural. Veja-se o disposto no n.º 3 do artigo 73.º: “O Estado promove a democratização da cultura, incentivando e assegurando o

acesso de todos os cidadãos à fruição e criação cultural, em colaboração com os órgãos de comunicação social, as associações e fundações de fins culturais, as colectividades de cultura e recreio, as associações de defesa do património cultural, as organizações de moradores e outros agentes culturais”. E veja-se, ainda, o artigo 85.º, que consagra o princípio da discriminação positiva das entidades da economia social (incluindo-se aí as associações culturais e as coletividades).

Tais alicerces remetem para quatro ideias principais. A da discriminação positiva das associações culturais e coletividades. A de que compete – em primeira instância – ao Estado (central e local) promover a democratização da cultura. A de que a democratização da cultura implica assegurar o acesso de todos não só à fruição, mas também à criação cultural. E, finalmente, a do foco na construção de parcerias (ou acordos de colaboração) entre entes públicos e associações.

A concretização deste desiderato constitucional tem conduzido à aprovação de algumas medidas, de diversa natureza e impacto: a aprovação do apoio público à aquisição de instrumentos de música, fardamento e trajes através das direções regionais de cultura (Ministério da Cultura) (Lei n.º 123/99, de 20 de agosto); a previsão de apoio às associações por parte das autarquias locais (veja-se a Lei das Autarquias Locais); o estabelecimento de alguns acordos de colaboração por parte do Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ); a intervenção realizada a partir da Fundação Inatel (que define programas de apoio ao associativismo, em particular aos Centros de Cultura e Desporto); ou o estabelecimento de uma discriminação positiva em matéria de licenças de direitos de autor (Lei-Quadro do Estatuto de Utilidade Pública – Lei n.º 36/2021, de 14 de junho).

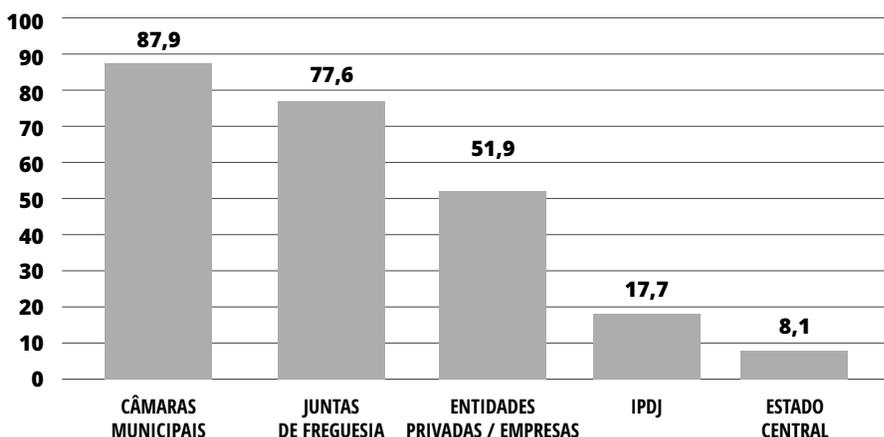
Esta concretização surge, todavia, fragmentada, dispersa e com impacto variado. Generalizou-se a regulação dos apoios municipais em regulamentos, mas os montantes, objetivos e critérios são muito diferentes de município para município. Nas freguesias o cenário é bem pior: muitas vezes nem sequer regulamento existe, reinando alguma discricionariedade no apoio a atividades e associações. Os apoios diretos do Governo através do Ministério da Cultura/Direções regionais de cultura são limitados e não abrangem toda a atividade cultural. Mais: não surgem articulados numa política pública abrangente e com objetivos claros.

O resultado dessa fragmentação e insuficiência remete-nos novamente para a Constituição da República Portuguesa. É que o acesso de todos os cidadãos à fruição e criação cultural está longe de ser uma realidade em muitas regiões e concelhos do país, havendo diferenças significativas entre concelhos.

Verifica-se, por outro lado, que o Governo ainda não criou legislação para regulamentar e desenvolver um regime fiscal mais favorável para as entidades da economia social (incluindo as associações culturais e coletividades), apesar de lhe ter sido conferida tal responsabilidade pela Lei n.º 30/2013, de 8 de maio – Lei de Bases da Economia Social (artigos 11.º e 13.º). Tinha 180 dias para o fazer e já passaram praticamente 10 anos.

Para dar corpo à problemática em análise socorremo-nos dos resultados obtidos e que têm a ver com duas questões principais: a existência de apoio às associações, a tipologia de apoio obtido e a importância percebida pelas associações em relação às entidades públicas. A partir do gráfico 7 verifica-se que 945 associações responderam afirmativamente, sendo de sublinhar o peso dos apoios das autarquias locais: Câmaras Municipais (87,9%) e Juntas de Freguesia (77,6%), em contraponto ao exíguo apoio do Estado Central (8,1%). Destacam-se ainda o Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ) com 17,7%, especialmente vocacionado para a área desportiva, e o tecido empresarial, que tem uma fatia relevante de 51,9%, constituindo-se como um dos principais apoiantes das associações.

Gráfico 7. Entidades que apoiam as associações (%) (N=945)⁸



Fonte: Inquérito às Associações de Cultura, Recreio e Desporto, 2022

Nota: Pergunta de resposta múltipla

⁸ Para a criação deste gráfico considerou-se apenas a percentagem de resposta “sim”.

No que respeita à tipologia de apoios recebidos salientam-se os de ordem financeira em relação a todas as entidades apoiantes (gráfico 8). Neste contexto realçam-se os concedidos pelas autarquias locais, com 74,8% e 50,3%, das Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia, respetivamente. É necessário também atribuir uma palavra para o tecido empresarial que contribui com 35,1% dos apoios financeiros.

Quanto ao apoio do IPDJ (12,6%) será fundamentalmente concedido ao abrigo do PRID (Programa de Reabilitação de Instalações Desportivas) que, em 2022, distribuiu, através de Contratos-Programa, cerca de 2 milhões de euros por setenta e oito associações do continente⁹.

Têm relevância os apoios em “Equipamento Técnico e/ou Material” com especial enfoque nas autarquias locais (33,7% e 26,9% para Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia respetivamente), sendo que as empresas privadas também colaboraram em 14,7% dos casos. Também no que concerne ao apoio a “Construção e/ou Obras em Instalações” são as autarquias locais com as maiores percentagens.

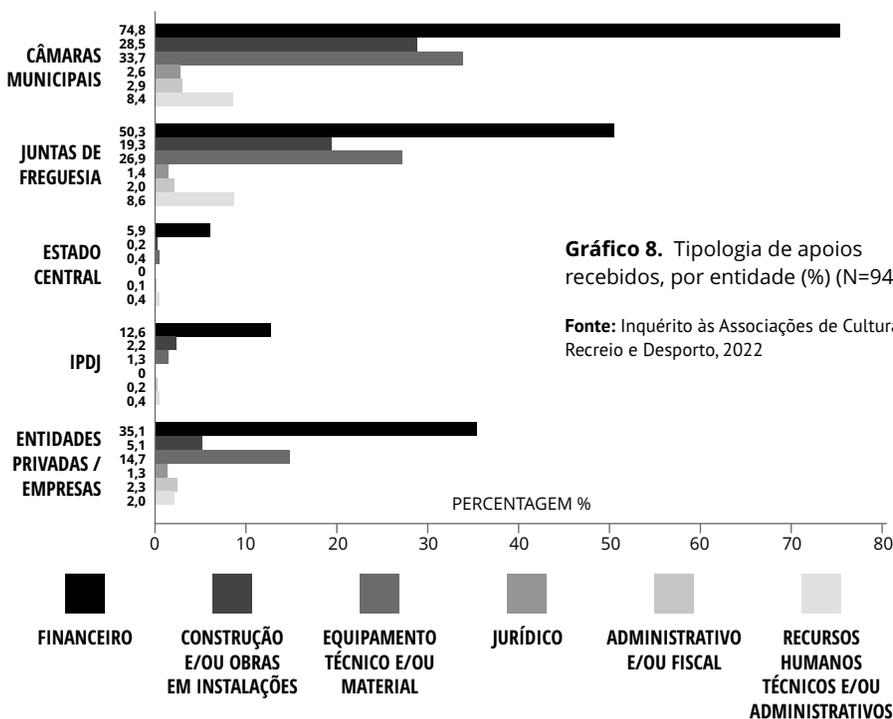


Gráfico 8. Tipologia de apoios recebidos, por entidade (%) (N=945)

Fonte: Inquérito às Associações de Cultura, Recreio e Desporto, 2022

⁹ <https://ipdj.gov.pt/documents/20123/9899286/PRID-2022-Lista-Candidaturas-apoiar+%281%29.pdf/a25ada21-56d4-7412-b357-6ae0d57203c4?t=1669395118172>.

Em resposta à questão: “*Como avalia, de forma geral, a relação entre a associação e as demais entidades? (numa escala em que 1 é muito má e 10 muito boa)*” as associações, em grande medida, optaram por não responder ou se o fizeram foi negativamente, pois, salvaguardando as autarquias locais que atingiram percentagens elevadas, no caso do Estado Central foram somente registadas cerca de 57,0% respostas do universo total de respondentes.

Quanto à percepção das associações que responderam verifica-se que dão uma grande importância ao relacionamento com as autarquias locais: com valores médios acima dos 9 (numa escala de 1 a 10), o que está em linha com os apoios recebidos e declarados acima.

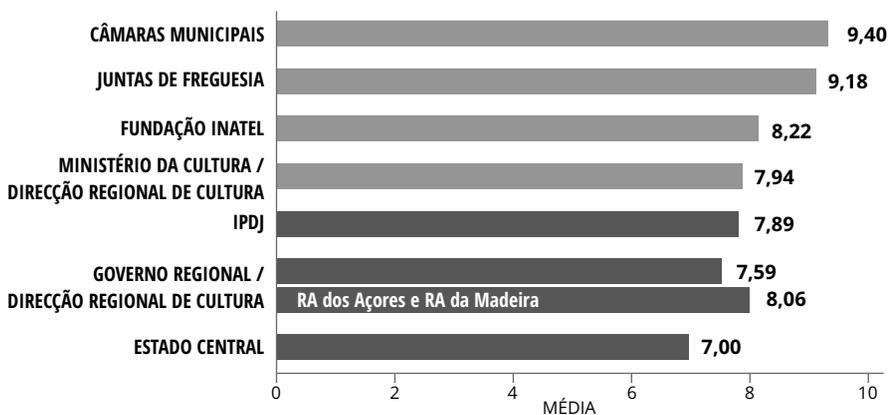
No que respeita ao Estado Central apesar de apoios muito limitados a percepção da sua importância está acima da média da escala, uma vez que têm uma média de 7. Isso pode revelar a atribuição de uma importante valorização do apoio do Estado Central, não obstante o seu parco apoio às colectividades. Isto é, a percepção de que o Estado é (ou deveria ser) uma entidade muito relevante para o associativismo popular. De qualquer modo, é atribuído a esta variável o valor médio mais baixo de todas as entidades consideradas.

De referir ainda, a importância atribuída aos Governos Regionais/Direção Regional de Cultura, uma vez que o conjunto amostral atribuiu o valor médio de 7,59, mas se observarmos o valor atribuído a estas entidades pelas Regiões Autónomas reparamos que esse mesmo valor sobe, ainda que ligeiramente, para 8,06. Isto é, as associações de cultura, recreio e desporto sediadas nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira atribuem uma importância média mais elevada aos Governos Regionais/Direções Regionais da Cultura para o associativismo em comparação com o conjunto amostral que inclui as associações sediadas no continente.

A política associativa cultural passa essencialmente pelo relacionamento com as autarquias locais, especialmente Câmaras Municipais, tendo também algum peso o tecido empresarial. O Estado Central e entidades da Administração Central têm uma participação nesta política bastante baixa (17,7% e 8,1% respetivamente IPDJ, sobretudo para a área desportiva, e Estado Central). No entanto, as associações respondentes têm a percepção da importância que estas entidades têm no desenvolvimento da política associativa cultural.

Assim, dos resultados do inquérito aqui mobilizados e da análise do atual quadro legislativo da administração central - que em parte, aliás, urge regulamentar, como antes se referiu a propósito de um regime fiscal mais favorável para as

Gráfico 9. Importância média das seguintes entidades públicas para o associativismo, a partir de uma escala em que «1» é “nada importante” e «10» é “muito importante”¹⁰



Fonte: Inquérito às Associações de Cultura, Recreio e Desporto, 2022

entidades da economia social - e regulamentar das autarquias locais, decorre a necessidade de uma melhor articulação com a definição de uma estratégia nacional de apoio ao associativismo cultural recreativo e de lazer que envolva os vários organismos da administração central (e das regiões autónomas dos Açores e da Madeira) e as autarquias locais e que permita responder aos desafios que se vêm colocando e que proporcione as condições indispensáveis ao seu desenvolvimento.

6 - CONCLUSÃO

Quaisquer processos culturais que aconteçam na sociedade portuguesa deverão dialogar nos planos científicos, associativos e políticos, com o eixo ideal-tipo democratização cultural/democracia cultural, a partir desta focalização será possível avaliar objetivamente avanços, recuos e/ou impasses que estejam a acontecer. Sob esta perspetiva, será igualmente possível ajustar as relações entre as

¹⁰ Câmara(s) Municipal(ais) (n=926), Junta(s) de Freguesia (n=911), Estado Central (n=653), Ministério da Cultura/Direcção Regional da Cultura (n=684), IPDJ (n=622), Fundação INATEL (n=660) e Governo Regional/Direcção Regional de Cultura (n=574), Governo Regional/Direcção Regional de Cultura RA Açores e RA Madeira (8,06) (n=34).

associações populares e as instituições políticas locais, regionais, nacionais e setoriais comprometidas com a consagração do direito à cultura.

O desejável será que as políticas públicas e os seus principais executores, em parceria com as associações e as forças vivas comunitárias nas quais se incluem as empresas, construam coletivamente estratégias de difusão cultural alargadas, aproveitando a capacidade de penetração cultural que o associativismo popular detém em todo o território nacional.

As práticas culturais e a ambição do seu alargamento com vista a um desenvolvimento integral dos indivíduos, terão de ser diversas e ajustadas à vontade das populações, que são socialmente configuradas pelas culturas territoriais e identidades locais, pela idade, sexo e outras condições sociais de vida. As políticas públicas deverão considerar tais características estruturais e culturais das populações, de modo a ajustarem os seus apoios financeiros, relacionais e estratégicos, quando hoje elas são desafiadas para patamares mais avançados de desenvolvimento, com o indispensável suporte do Inquérito Nacional às Associações de Cultura, Recreio e Desporto recentemente realizado, e podendo igualmente contar com a participação conjunta das universidades e centros de investigação, as organizações representativas das associações e com os cidadãos que contribuem diariamente para uma sociedade civil mais forte.

BIBLIOGRAFIA

- Ahearne, J. (2009). Cultural policy explicit and implicit: a distinction and some uses. *International Journal of Cultural Policy*, 15(2), 141-153.
<https://doi.org/10.1080/10286630902746245>
- Costa, A. F. (1997). Políticas culturais: conceitos e perspectivas (versão eletrônica). *OBS*, 2, 10-14.
- Coulangeon, P. (2005). *Sociologie des pratiques culturelles*. La Découverte.
- Creswell, J. & Creswell, D. (2018). *Research Design. Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches* (5th edition). Sage.
- Donnat, O. (1994). *Les Français Face à la Culture: De l'Exclusion à l'Éclectisme*. La Découverte.
- Donnat, O. (2007). Painel democratização cultural hoje: histórico do conceito. Em AAVV (Ed.), *Acesso à Cultura e Promoção da Cidadania. Seminário Internacional de Democratização Cultural* (pp. 6-14). Instituto Votorantim.
<http://www.blogacesso.com.br/wp-content/uploads/2012/03/Publicacao-do-Seminario-marco2012.pdf>
- Dupin-Meynard, F., & Négrier, E. (Eds.). (2020). *Cultural Policies in Europe: a Participatory Turn?* Éditions de L'Attribut.
<http://www.ub.edu/cultural/wp-content/uploads/2020/10/Cultural-Policies-in-Europe-a-Participatory-Turn-2020.pdf>.
- Garcia, J. L., Lopes, J. T., Neves, J. S., Gomes, R. T., Martinho, T. D., & Borges, V. (Eds.). (2014). *Mapear os Recursos, Levantamento da Legislação, Caracterização dos Atores, Comparação Internacional*. SEC/GEPAC.
- Greffe, X., & Pflieger, S. (2009). *La politique culturelle en France*. La Documentation Française.
- INE (2019). *INE - Entidades da Economia Social, do grupo Associações com fins altruísticos, classificadas na Secção A da Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor (CIOSFL/TS), por Município – 2016* (cedidos em agosto de 2020).
- Laaksonen, A. (2010). *Making Culture Accessible. Access, participation and cultural provision in the context of cultural rights in Europe*. Council of Europe Publishing.

-
- Lopes, J. T. (2007). *Da Democratização à Democracia Cultural. Uma Reflexão sobre Políticas Culturais e Espaço Público*. Profedições.
- Matarasso, F. (2019). *Uma arte irrequieta. Reflexões sobre o triunfo e importância da prática participativa*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Matarasso, F., & Landry, C. (1999). *Balancing Act: 21 Strategic Dilemmas in Cultural Policy*. Edições do Conselho da Europa. <https://book.coe.int/en/cultural-policies/1674-balancing-act-21-strategic-dilemmas-in-cultural-policy-policy-notes-no-4.html>
- Mulcahy, K. V. (2006). Cultural policy: definitions and theoretical approaches. *The Journal of Arts Management, Law and Society*, 35(4), 319-330.
- Neves, J. S., Prista, P., Macedo, S. C., & Santos, J. (2022). *A Cultura no pós Alentejo-2020*. Observatório Português das Atividades Culturais, CIES-Iscte.
- Neves, J. S. (2021). Políticas culturais de museus em Portugal: ciclos e processos de reflexão estratégica participada. *Midas*, 13, 1-23. <https://journals.openedition.org/midas/2956>
- Pratas, S. (2022). *Associações, democracia e utopias reais. O caso das associações de cultura, recreio e desporto*. Almedina.
- Romainville, C. (Ed.). (2014). *Démocratie culturelle & démocratisation de la culture*. OPC. <http://www.opc.cfwb.be/index.php?id=9943>.
- Vale, P. P., Brighenti, S. B., Pólvora, N., Fernandes, M. A., & Albergaria, M. E. (2019). *Plano Nacional das Artes. Uma Estratégia. Um Manifesto 2019-2024*. PNA. <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/comunicacao/documento?i=estrategia-do-plano-nacional-das-artes-2019-2024>